

PROCESSO nº 108/16

PROCEDÊNCIA: PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO.
ASSUNTO: PROJETO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM PSICOLOGIA JURÍDICA E DIREITO.

PARECER nº 88/16
DATA: 07/12/16

1 HISTÓRICO

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão protocolou junto ao Conselho Universitário - CONSUNI, do Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE, para análise e deliberação, o Projeto de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Psicologia Jurídica e Direito.

2 ANÁLISE

2.1. Projeto anexo.

3 PARECER

Diante do exposto na análise, o Conselho Universitário – CONSUNI do Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE, deliberou:

APROVAR o Projeto de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Psicologia Jurídica e Direito.

Brusque, 07 de dezembro de 2016.

Günther Lothar Pertschy (Presidente) _____

Alessandro Fazzino _____

Edinéia Pereira da Silva Betta _____

Heloisa Maria Wichern Zunino _____

Ademir Bernardino da Silva _____

Denis Boing _____

Jaison Homero de Oliveira Knoblauch _____

Sidnei Gripa _____

Fabiani Cristini Cervi Colombi _____

George Wilson Aiub _____

Márcia Maria Junkes _____

Raul Otto Laux _____

Arthur Timm _____

Marlise Adriana Garcia Schmitz

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão – Proppex

**Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*
PSICOLOGIA JURÍDICA E DIREITO**

Brusque, dezembro de 2016.

SUMÁRIO

1	Identificação da IES e do Curso.....	3
1.1	Nome do Curso.....	3
1.2	Área do Conhecimento e Unidade Responsável.....	3
1.3	Coordenação do Curso	3
2	Caracterização do Curso.....	4
2.1	Período de Realização	4
2.2	Carga Horária	4
2.3	Base Legal do Curso	4
2.4	Autorização do Curso	4
2.5	Oferta do curso	4
2.6	Número de Vagas	4
2.7	Clientela/Público-alvo	4
3	Justificativa e Objetivos do Curso.....	5
3.1	Justificativa.....	5
3.2	Objetivos	6
4	Estrutura e Funcionamento do Curso.....	7
4.1	Matriz Curricular	7
4.2	Ementa e Referência Básica das Disciplinas	8
4.3	Dados Relativos ao Corpo Docente e ao Coordenador do Curso	23
4.4	Dados Estatísticos do Corpo Docente.....	30
4.5	Metodologia do Ensino	30
5	Recomendações	34

1 Identificação do Curso

1.1 Nome do Curso

Psicologia Jurídica e Direito

1.2 Área do Conhecimento e Unidade Responsável

Área do conhecimento:

Psicologia e Direito

Unidade Responsável:

Cursos de Graduação – Psicologia

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão - Proppex

1.3 Coordenação do Curso

Prof. Mestre Ademir Bernardino da Silva

psicologia@unifebe.edu.br

Titulação: Bacharel em Psicologia. (Universidade Tuiuti do Paraná ,1990).

Especialista em Recursos Humanos (Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, 2000).

Mestre em Psicologia Forense (Universidade Tuiuti do Paraná, 2014).

Profa. Doutora Jeisa Benevenuti

estagiopsicologia@unifebe.edu.br

Titulação: Bacharel em Psicologia (Universidade do Vale do Itajaí, 1999)

Especialista em Psicologia Jurídica (Universidade do Minho – Braga – Portugal, 2000). Especialista em Psicologia Clínica ((Universidade do Minho – Braga – Portugal, 2000)

Mestre em Psicologia (Universidade Federal de Santa Catarina, 2004)

Doutora em Psicologia (Universidade Federal de Santa Catarina, 2012)

2 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

2.1 Período de Realização (previsão)

Data de Início: Março de 2017

Data de Término: Dezembro de 2018

Horário e Turno: 18h30min às 22h, sextas-feiras e das 08h às 12h e das 13h às 17h30, sábados.

2.2 Carga Horária:

370 horas

2.3 Base Legal do Curso

Resolução do CEE/SC nº 001/15, de 01 de julho de 2015, do Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina, homologada pelo Decreto Estadual nº 344 de 02 de Setembro de 2015.

Regulamento da Pós-Graduação da UNIFEBE, Resolução CA nº 43/11, de 30 de novembro de 2011.

2.4 Autorização do Curso

Parecer CONSUNI nº 88/16, de 07/12/16.

Resolução CA nº

2.5 Oferta do curso:

() Ocasional

(x) Permanente

2.6 Número de Vagas

Máximo 25, mínimo 18 alunos

2.7 Clientela / Público-alvo

O Curso destina-se a graduados em Psicologia, Direito, Assistência Social, Pedagogia ou áreas afins, que tenham interesse em desenvolver ou aprimorar o conhecimento quanto à psicologia jurídica e suas relações com o Direito.

3 JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS DO CURSO

3.1 Justificativa

O Curso de Especialização em Psicologia Jurídica e Direito surge como uma resposta às demandas do Poder Judiciário e de outras instâncias do campo do Direito, em busca de conhecimentos científicos disponíveis no campo da Psicologia, no intuito da melhor aplicação da Justiça. A psicologia jurídica é uma emergente área de especialidade da ciência psicológica. Está em franca expansão e corresponde a um importante campo de conhecimento. É próprio dessa especialidade sua interface com o Direito. A quase totalidade das questões jurídicas está relacionada a uma conduta humana. Diante dessa realidade e da crescente demanda oriunda do poder judiciário, em busca de laudos, perícias e de consultorias que possam determinar as reais motivações do comportamento, evidencia-se, cada vez mais, a importância do trabalho interdisciplinar entre os profissionais da Psicologia e do Direito. A interação da Psicologia com as Ciências Jurídicas tem a função de complementaridade. A Psicologia mostra-se importante para que o Direito possa ser operado com justiça e equidade. Fenômenos como adoção, dissoluções e reconstruções de vínculos familiares, adolescentes em conflito com a lei, violência, perícia, dano psicológico e outros são temáticas fundamentais para serem discutidas e analisadas na complexa sociedade contemporânea. O curso pretende fornecer subsídios teóricos e técnicos para que o egresso atue nos diversos contextos jurídicos de maneira socialmente significativa, levando em conta os aspectos psicossociais dos fenômenos humanos e buscando soluções inovadoras em suas propostas de ação que digam respeito ao Sistema de Garantia de Direitos, ao Sistema de Justiça, ao Sistema Prisional e ao Sistema de Proteção Social Básica e Especial, nas Varas de Família, Vara de Infância e Juventude, Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – e outras instâncias afins.

3.2 Objetivos

3.2.1 Objetivo Geral

Promover a formação de competências profissionais voltadas à compreensão do comportamento humano em suas relações com Direito

3.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar fundamentos da Psicologia que contribuem na compreensão do fenômeno psicológico no contexto jurídico;
- Delimitar o objeto e as áreas de abrangência da Psicologia Jurídica no contexto do Direito e das organizações da justiça;
- Promover reflexão sistemática a respeito de fenômenos e processos psicológicos em interface com o campo jurídico;
- Instrumentalizar profissionais de diferentes áreas do conhecimento a utilizarem recursos da psicologia jurídica para aperfeiçoamento de sua prática profissional;

4 Estrutura e Funcionamento do Curso

4.1 Matriz Curricular

Professores	Título	Disciplina	Ch
Módulo Psicologia da Infância e Juventude			
Paula Inez Cunha Gomide	Doutora	Aula Inaugural	04
Gabriela Isabel Reyes Ormeno	Doutora	Rede de Proteção social à Infância e Adolescência	24
Aline Pozzolo	Mestra	Atendimento Especializado em Demandas Jurídicas	12
Sheila Maria Prado Soma	Mestra	Psicologia Jurídica em Situações de Abuso Sexual Infantil	24
Jeisa Benevenuti	Doutora	Metodologia da Pesquisa	45
Total módulo			109
Módulo Psicologia e Direito da Família			
Saidy Karolin Maciel	Doutora	Parentalidade e Conjugalidade	24
Ruth Berenice Lass	Doutora	Alienação Parental e Guarda Compartilhada	24
Ademir Bernardino da Silva	Mestre	Processo de Mediação e Pacificação Social	12
Gabriela Isabel Reyes Ormero	Doutora	Maus tratos e vitimização	12
Anna Lúcia Martins Mattoso Camargo	Mestra	Direito da Família	12
Total módulo			84
Módulo: Psicologia e Direito Penal			
Saidy Karolin Maciel	Doutora	Perícia Psicológica no Contexto Jurídico	12
Giovana Veloso Munhoz da Rocha	Doutora	Transtornos Psicopatológicos e suas Implicações no Contexto Jurídico	24
Neumar Antônio Trajano de Sousa	Mestre	Criminologia e suas Interfaces com Direito penal e a Psicologia Forense	12
Neumar Antônio Trajano de Sousa	Mestre	O Sistema Correccional e Leis de Execução Penal	12
Jeisa Benevenuti	Doutora	Metodologia do Ensino Superior	45
Total Módulo			105
Módulo Tópicos Especiais em Psicologia Jurídico e Direito			
Aline Pozzolo Batista	Mestra	Estudos de caso em Psicologia Jurídica e Direito	12
Neumar Antônio Trajano de Sousa	Mestre		12
Total disciplina			24
Mayta Lobo dos Santos	Mestra	Práticas de Resolução de Conflitos e Justiça Restaurativa	12
Rogério Ristow	Mestre	Direito Penal e Processual	12
Carlos Aznar-Blefari	Mestre	Entrevista Investigativa – Protocolo NICHHD	12
Rui Mateus Joaquim	Mestre	Análise do Comportamento Comunicativo - ACC	12
Total do módulo			72
Carga horária total			370
Módulo Optativo			
Tópico Especial em Psicologia (Exclusivo Psicólogos)			
Saidy karolin Maciel	Doutora	Avaliação Psicológica e Perícia no Contexto Jurídico	24

4.2 Ementas e Referências Básicas das Disciplinas

Disciplina: Redes de Proteção Social à Infância e a Adolescência – 24h

Ementa: Desenvolvimento infantil. Fatores de proteção e de risco. Resiliência na família e na comunidade. Intervenção intersetorial e multidisciplinar.

Referências:

Williamas, L. C. A. (Org.); Padovani, R. C. (Org.) ; Araujo, O, E. A. C. (Org.) ; Stelko-Pereira. A.C. (Org.); Ormeno, G. R. (Org.); Eisestein (Org.). Fortalecendo a rede de proteção da criança e do adolescente. São Carlos. 1. ed. São Carlos: Pedro e João Editores, 2009. v. 1000.

Padovani, R. C.; C.; Pereira, Ana Carina; Ormeno, G. R.; Eisenstein. Abuso ou maus tratos contra criança e adolescente: definições e contextualizações. In: Williams, L.;Padovani, R. Araujo, E.;Stelko-Pereira,A.; Ormeno,R. G.; Eisentein, E.. (Org.). Fortalecendo a Rede de Proteção da criança e adolescente. 1ed. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010, v. 1, p. 6-11.

Barcellos, R. R. O.; Ormeno, G. R. Os estilos parentais como influência no desempenho escolar. Tuiuti: Ciência e Cultura (Online), v. 1, p. 233-253, 2015.

Ferreira, M. C. R. O apego e as reações da criança à separação da mãe: uma revisão bibliográfica. Cad. Pesq. São Paulo, 3-19, 1983.

Papalaia, D., Feldmann, R. Desenvolvimento Humano. Artmed. São Paulo, 2013.

Disciplina: Atendimento Especializado em Demandas Jurídicas – 24h

Ementa: Abordagem e Intervenção em demandas jurídicas. Sistema de Justiça. Processo de tomada de decisão em situação jurídica.

Referências:

ANDREOTTI, C. Enfrentamento da revitimização: a escuta de crianças vítimas de violência sexual. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

AZAMBUJA, M. R. F. & FERREIRA, M. H. M. (Coord). Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Porto Alegre: Editora Artmed, 2011.

WILLIAMS, L. C. A. & HABIGZANG, L. F. Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência: prevenção, avaliação e intervenção. Curitiba: Juruá, 2014.

Disciplina: Psicologia Jurídica em situações de Abuso Sexual Infantil – 24h

Ementa: Abuso sexual infantojuvenil. Interfaces do abuso sexual com a Psicologia Jurídica. Violência e abuso intrafamiliar. Agentes de prevenção em abuso sexual. Depoimento sem dano. Pedofilia.

Referências:

Brasil (1973). *Lei 5.869. Código de Processo Civil*. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado em 2 de junho de 2013 em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm.

Brasil. (1990). *Lei 8069/1990: Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: Governo Federal. Recuperado em 18 de dezembro de 2013 em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm.

Brasil. (2002). *Plano nacional de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil*. Brasília: Ministério da Justiça. Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Departamento da Criança e do Adolescente. Recuperado em 22 de dezembro de 2013 em http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/conanda/plano_nacional.pdf.

Cesca, T.B. (2004). O papel do psicólogo jurídico na violência intrafamiliar: Possíveis articulações. *Psicologia & Sociedade*, 16 (3), 41-46.

Coimbra, J.C. (2004). Algumas considerações sobre o parecer psicológico na justiça da infância e da juventude. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 24 (2), 2-13.

Daltoé Cezar, J.A. (2007). *Depoimento sem dano: Uma alternativa para inquirir crianças e adolescentes nos processos judiciais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

Gava, L.L., Pelisoli, C. & Dell'Aglio, D.D. (2013). A perícia psicológica em casos de suspeita de abuso sexual infanto-juvenil. *Avaliação Psicológica*, 12 (2), 137-145.

Guedes, L.T. (2012). A busca da verdade real e o direito de não produzir prova contra si mesmo. *Revista Jus Navigandi*, 17 (3282), 1-4.

Pelisoli, Cátula, & Dell'aglio, Débora Dalbosco. (2013). Psicologia jurídica em situações de abuso sexual: possibilidades e desafios¹. *Boletim de Psicologia*, 63(139), 175-192. Recuperado em 25 de outubro de 2016, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432013000200006&lng=pt&tlng=pt.

Soma, S. M. P. & Williams, L. C. A. (2014). Livros infantis para prevenção do abuso sexual infantil: uma revisão de estudos. *Temas em Psicologia*, 22(2), 353-361.

Williams, L. C. A. & Hackbarth, C. (2014). Investigação de Suspeita de Abuso Sexual Infantojuvenil: O protocolo NICHHD. *Temas em Psicologia*, 22 (2), 1-18.

Brino, R.F. & Williams, L.C.A. (2008). Professores como agentes de prevenção de abuso sexual infantil. *Revista Educação e Realidade*, 33(2), 209-229.

Williams, L. C. A. & HABIGZANG, L. F. (2014). Crianças e Adolescentes vítimas de violência: Prevenção, avaliação e intervenção. Curitiba: Juruá.

Williams, L. C. A. (2012). Pedofilia: Identificar e Prevenir. São Paulo: Brasiliense.

Williams, L.C.A., Maia, J.M.D. & Rios, K.S.A.(2010) Aspectos psicológicos da violência: Pesquisa e intervenção cognitivo-comportamental. Santo André: ESETec.

Williams, L.C.A., & Araújo, E.A.C. (Orgs.) (2009). Prevenção do abuso sexual infantil: Um enfoque interdisciplinar. Curitiba: Juruá Editora.

Gomide & S.S. Staut Júnior (Orgs.). (2016). Introdução à Psicologia Forense. Curitiba: Editora Juruá.

Disciplina: Parentalidade e Conjugalidade – 24h

Ementa: Parentalidade e Conjugalidade. Relações familiares. Dinâmicas conjugais. Parentalidade adotiva e biológica.

Cecílio, M. S., & Scorsolini-Comin, F. (2013). Relações entre conjugalidade e parentalidades adotiva e biológica. *Psico (Porto Alegre)*, 44(2), 245-256. Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11515> [[Links](#)]

Cecílio, M. S., Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2013). Produção científica sobre adoção por casais homossexuais no contexto brasileiro. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 18(3), 507-516. doi:10.1590/S1413-294X2013000300011 [[Links](#)]

Cicco, M. F., Paiva, M. L. S. C., & Gomes, I. C. (2005). Família e conjugalidade: O sintoma dos filhos frente à imaturidade do casal parental. *Psicologia Clínica*, 17(2), 53-63. doi: 10.1590/S0103-56652005000200005 [[Links](#)]

Huber, M. Z., & Siqueira, A.C. (2010). Pais por adoção: A adoção na perspectiva dos casais em fila de espera. *Psicologia: Teoria e Prática*, 12(2), 200-216. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-36872010000200014&script=sci_abstract [[Links](#)]

Hueb, M. F. D., Farinelli, M. R., Azôr, A. M. G. C. C. V., Cordeiro, E. G., & Tuma, A. (2014). A experiência do Grupo Interinstitucional Pró-Adoção na cidade de Uberaba (MG): Compartilhando saberes e práticas. In F. Scorsolini-Comin, L. V. Souza, & S.

- M. Barroso (Orgs.), *Práticas em psicologia: saúde, família e comunidade*(pp. 275-304). Uberaba, MG: Editora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. [[Links](#)]
- Jager, M. E., & Bottoli, C. (2011). Paternidade: vivência do primeiro filho e mudanças familiares. *Psicologia: Teoria e Prática*, 13(1), 141-153. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-36872011000100011&script=sci_arttext [[Links](#)]
- Levinzon, G. K. (2004). *Adoção*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo. [[Links](#)]
- Huber, M. Z., & Siqueira, A.C. (2010). Pais por adoção: A adoção na perspectiva dos casais em fila de espera. *Psicologia: Teoria e Prática*, 12(2), 200-216. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-36872010000200014&script=sci_abstract [[Links](#)]
- Hueb, M. F. D., Farinelli, M. R., Azôr, A. M. G. C. C. V., Cordeiro, E. G., & Tuma, A. (2014). A experiência do Grupo Interinstitucional Pró-Adoção na cidade de Uberaba (MG): Compartilhando saberes e práticas. In F. Scorsolini-Comin, L. V. Souza, & S. M. Barroso (Orgs.), *Práticas em psicologia: saúde, família e comunidade*(pp. 275-304). Uberaba, MG: Editora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. [[Links](#)]
- Jager, M. E., & Bottoli, C. (2011). Paternidade: vivência do primeiro filho e mudanças familiares. *Psicologia: Teoria e Prática*, 13(1), 141-153. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-36872011000100011&script=sci_arttext [[Links](#)]

Disciplina: Alienação Parental e Guarda compartilhada – 24h

Ementa: Aspectos psicológicos da guarda infantil; alienação parental; perícia em disputa de guarda; assistência técnica em disputa de guarda.

Referências:

- Buosi, C. C. F. (2012). *Alienação Parental –uma interface do direito e da psicologia*. Curitiba: Juruá.
- Minas, A. (Diretor) (2009). *A morte inventada: alienação parental* [documentário]. Niterói: Caraminholas Produções
- Rand, D.C. (2011). Parental alienation critics and the politics of science. *The American Journal of Family Therapy*, 39: 48-71.
- Silva, D. M. P. (2009) *Guarda compartilhada e síndrome da alienação parental: o que é isso?* Campinas, SP: Armazem do Ipê.

Warshak, R. (2001). Current Controversies regarding Parental Alienation Syndrome. *American Journal of Forensic Psychology* 19 (3): 29-59.

Disciplina: Processo de mediação e Pacificação Social – 12h

Ementa: O modelo integrativo de mediação de conflitos e seus procedimentos. Modalidades de mediação. Práticas de pacificação social.

Referências:

Muszkat, M. E. (2008). Guia prático de mediação de conflitos. 2. ed. rev. São Paulo: Summus.

Vasconcelos, C.E. (2008). Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas. São Paulo: Método.

Watanabe, K. (2003) Modalidade da Mediação. In: MEDIAÇÃO: um projeto inovador. Brasília: CJF, (Série cadernos do CEJ, 22). p.42-50.

Azevedo, A. G. (org.). (2009). Manual de Mediação Judicial (Brasília/DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD).

Disciplina: Maus tratos e vitimização – 12h

Ementa: Maus tratos em crianças e adolescentes. Tipologia de maus tratos. Decorrências para o desenvolvimento. Riscos para agressão e maus tratos. Processos de vitimização.

Referências:

Bazon, M. (2008). Violências contra crianças e adolescentes: análise de quatro anos de notificações feitas ao Conselho Tutelar na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, 24(2),323-332.

Costa, M. C. O. (2007). O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência. *Ciência e Saúde Coletiva*, 12(5), 1129- 1141.

Maia, J.M.D., & Williams, L.C.A. (2005). Fatores de risco e proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão de área. *Temas em Psicologia*, 13, (2), 91-103.

De Antoni, C., Barone, L.R., Koller, S. H. (2007). Indicadores de Risco e de Proteção em Famílias Fisicamente Abusivas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(2), 125-132.

Cecconello, A. M., De Antoni, C., & Koller, S. H.(2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia: estudos*. 2003, vol.8, 45-54.

Assis, S. G., & Avanci, J. Q. (2004). Abuso Psicológico e desenvolvimento infantil. Em: C.A. Lima (pp 59- 79). *Violência faz mal à saúde* Brasília: Ministério da Saúde.

Ormeno, G. R.; Marcondelli. Crianças com pais ou mães encarcerados: uma revisão da literatura. *Psicologia da Criança e do Adolescente*, v. 4, p. 141-161, 2013.

Martins, Sousa. A. & T.L.M. (2011) Síndrome de Alienação Parental: da Teoria Norte-Americana à Nova Lei Brasileira. *Psicologia Ciência e Profissão* 31 (2), 268-283

Hillesheim, B. & et al. (2006). Negligência no campo da saúde: estratégia de governo das populações. *Psico*, v. 39, n. 2, pp. 175-181.

Carmo, C.J., & Harada, M.J.C.S. (2006). Violência física como prática educativa. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 14(6), 849-856.

Santini, P. M. & Williams, L.C.A. (2011). Castigo corporal contra crianças: O que podemos fazer para mudar essa realidade? Em: C.V.B.B. Pessoa, C.E. Costa & M. F. Benvenuti (Orgs.). *Comportamento em Foco* (1), (pp. 603- 612).

Padilha, M. G. S., & Williams, L.C. A. (2010). Prevenção primária de abuso sexual com adolescentes e pré-adolescentes em ambiente escolar. Em: L.C.A. Williams, J. M.D. Maia, K. S. A. Rios. *Aspectos Psicológicos da Violência: Pesquisa e Intervenção Cognitivo-Comportamental*.

Disciplina: Direito da Família – 12h

Ementa: Relações de parentesco. Filiação. Adoção. Divórcio e obrigações. Tutela e curatela . Bem de família.

Referências:

GELSLEICHTER, Merilany. A obrigação alimentar em favor da pessoa idosa: uma análise da solidariedade passiva como construção de uma nova dignidade. *Revista da ESMESC*, Florianópolis , v.17, n.23, p. 399-422, jan. 2010.

MONTEIRO, Washington de Barros, 1910-1999; MALUF, Carlos Alberto Dabus,; SILVA, Regina Beatriz Tavares da. *Curso de direito civil*. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 6 V.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Dicionário de direito de família e sucessões: ilustrado*. São Paulo: Saraiva, 2015. 759 p. ISBN 9788502622838.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Princípios fundamentais norteadores do direito de família. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 302 p.

MOSCHETTA, Sílvia Ozelame Rigo. Homoparentalidade: direito à adoção e reprodução humana assistida por casais homoafetivos. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

Disciplina: Perícia Psicológica no contexto jurídico – 12h

Ementa: Conhecimentos básicos em Psicologia para os operadores do Direito; Relações da Psicologia com o Direito; Práticas em Perícia Psicológica. Dano psicológico. Disputa de guarda em Perícia psicológica. Impacto das perícias psicológicas nas decisões judiciais. Perícia psicológica em situações de abuso sexual.

Referências:

CARVALHO, Maria Cristina Neiva de. Psicologia Jurídica: temas e aplicação II. 1. Ed. Curitiba, Juruá, 2009.209p.

LÓPEZ, Emílio Mira Y. Manual de Psicologia Jurídica. 1. Ed. São Paulo, Vida Livros, 2009. P. 324.

ROVINSKI, Sonia Liane Reichert; CRUZ, Eoberto Moraes (Org.). Psicologia Jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção. 1. Ed. São Paulo, Vetor, 2009. P. 315.

SERAFIM, Antonio de Pádua (organizador); BARROS, Edgard Luis de. Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica. 1. ed. São Paulo, Vetor, 2003. 318p.

Disciplina: Transtornos Psicopatológicos e suas implicações no contexto jurídico – 24h

Ementa: Transtornos Psicopatológicos. Classificação diagnóstica. Comportamento Antissocial. Perfil de agressores. Aspectos relacionados ao comportamento violento. Crimes e psicopatologia.

Referências:

Bartol, C.R & Bartol, A.M. (2008) Psychology of Violence and Intimidation (Chapter 8) In: C.R Bartol & A.M. Bartol (2008) Introduction to Forensic Psychology: Research and Application. Pearson Prentice Hall: NJ. Pp.265-300.

Bartol, C.R & Bartol, A.M. (2008) Psychology of Sexual Assault (Chapter 9) In: C.R Barto I& A.M. Bartol (2008) Introduction to Forensic Psychology: Research and Application. Pearson Prentice Hall: NJ. Pp.301-335.

American Psychiatry Association. Diagnostic and Statistical Manual of Mental disorders - DSM-5. 5th.ed. Washington: American Psychiatric Association, 2013.

Disciplina: Criminologia e suas Interfaces com Direito Penal e a Psicologia

Forense – 12h

Ementa: Criminologia: conceito e histórico; criminologia contemporânea; a teoria do crime; evolução da teoria da conduta; imputabilidade penal; redução da maioridade penal. análise jurídico penal do parricídio à luz da psicologia forense

Referências:

ANTONI, Clarisse de. e Koller, Silvia H.. (2012). Violência contra crianças e adolescentes : teoria, pesquisa e prática. Luísa F. Habigzang... et al. Porto Alegre : Artmed.

BATISTA, Vera Malaguti. (2015) Introdução Crítica à Criminologia Brasileira. Rio de Janeiro: Revan.

BRETAS, Adriano Sérgio Nunes. (2010). Fundamentos das Criminologia Crítica. Curitiba : Juruá.

BUSATO, Paulo César. (2015). Fundamentos para um direito penal democrático. São Paulo : Atlas.

GOMIDE, Paula Inez Cunha. (2010). Abuso, negligência e parricídio: um estudo de caso. *Temas em Psicologia*, 18(1), 219-230. Recuperado em 25 de junho de 2015, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100018&lng=pt&tlng=pt.

GOMIDE, Paula Inez Cunha, Teche, Ana Maria Freitas, Maiorki, Simone, & Cardoso, Singra Mara Nadal. (2013). Incidência de parricídio no Brasil. *Temas em Psicologia*, 21(1), 283-295. Recuperado em 25 de junho de 2015, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000100020&lng=pt&tlng=pt. 10.9788/TP2013.1-20.

GOMIDE, P. I. C., & Pinheiro, D. P. N. (2006). Parricídio. In M. Caldas & M. M. Tonin (Orgs.), Os vários olhares do direito da criança e do adolescente: Vol. 5. Comissão da

Criança e do Adolescente (pp. 127-137). Curitiba, PR: Ordem dos Advogados do Brasil.

HEIDE, K. M. (2013). Understanding parricide : when sons a daughters kill parents. Oxford University Press.

PACELLI, E. e Callagari, A. (2015). Manual de Direito Penal : Parte Geral. São Paulo : Atlas.

PRADO, Luiz Regis. (2015). Curso de Direito Penal Brasileiro, Parte Geral e Parte Especial. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais.

QUEIROZ, Paulo. (2005). Funções do direito penal : Legitimação versus delegitimação do Sistema Penal. 2 ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais.

REALE, Miguel Júnior. (2016). Direito Penal : Jurisprudência em debate. São Paulo : Saraiva.

Disciplina: O Sistema Correccional e as Leis de Execução Penal - 12h

Ementa: Institutos jurídicos da Lei de Execução Penal. Da assistência ao preso e ao internado. Direitos e deveres dos presos. Disciplina e faltas disciplinares. Órgãos da Execução Penal. Da execução das penas em espécie. Das autorizações de saída. Da remição e do Livramento Condicional. Execução das medidas de segurança. Da realização de exames.

Referências:

AVENA, Norberto. Execução penal esquematizado. 3 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Método, 2016.

MARCÃO, Renato. Curso de execução penal. 14 ed. rev., atual. e ampl. de acordo com as Leis ns. 13.105/2015, 13.163/2015, 13.167/2015 e 13.190/2015. São Paulo: Saraiva, 2016.

Mirabete, Julio Fabbrini [et al]. Execução penal. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BUCH, João Marcos. Execução penal e dignidade da pessoa humana. São Paulo: Estúdio Editores.com, 2014.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Sistema penitenciário brasileiro: a educação e o trabalho na política de execução penal. Petrópolis/RJ: De Petrus, 2012.

MATOS, Joao Carvalho de. Prisão, liberdade e execução da pena: teoria e prática. Campinas/SP: Editora Servanda, 2011.

SÁ, Alvino Augusto de. Criminologia clínica e execução penal: proposta de um modelo de terceira geração. São Paulo: Saraiva, 2014.

SZAFIR, Alexandra Lebelson. Descasos 2: uma advogada às voltas com o direito dos excluídos. São Paulo: Saraiva, 2014.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. Execução penal: teoria crítica. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Disciplina: Estudos de caso em Psicologia Jurídica e Direito – 24h

Ementa: Análise de casos envolvendo diferentes atores em diversas demandas judiciais. Atribuições profissionais em diferentes contextos relacionados ao Sistema de Justiça.

Referências:

BRITO, Leila Maria Torraca (org). Temas de Psicologia Jurídica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. GONÇALVES, Hebe Signorini e BRANDÃO, Eduardo Ponte (org.). Psicologia Jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: Nau, 2008.

ZIMERMAN, David. & COLTRO, Antonio Carlos Martins (org). Aspectos Psicológicos na Prática Jurídica. Campinas (SP): Millenium, 2002.

GONÇALVES, H. S.; BRANDÃO, E. P. (Org.). Psicologia jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: NAU, 2004.

PAULO, BEATRICE Marinho. Psicologia na prática jurídica. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FREITAS, Ana Carla Pinheiro. Direito Vivo – Psicologia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2014.

FOUCAULT, M. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau, 2003.

FIORILLE, José Osmir. Psicologia jurídica. São Paulo: Atlas, 2011. MIRA Y LOPES, Emilio. Manual de psicologia jurídica. São Paulo: Impactus, 2008.

SÁ, Alvino Augusto de. Criminologia clínica e execução penal: proposta de um modelo de terceira geração. São Paulo: Saraiva, 2014.

SZAFIR, Alexandra Lebelson. Descasos 2: uma advogada às voltas com o direito dos excluídos. São Paulo: Saraiva, 2014.

Disciplina: Práticas de Resolução de Conflitos e Justiça Restaurativa – 12h

Ementa: Sistemas de Justiça: Justiça Retributiva x Justiça Restaurativa. Justiça Restaurativa: conceitos; participantes; modelos. Práticas pelo mundo. Práticas Circulares. Círculo Restaurativo.

Referências:

Achutti, D. S. (2012). *Justiça restaurativa e abolicionismo penal: contribuições para um novo modelo de administração de conflitos no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Criminais) Faculdade de Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). *Justiça restaurativa: horizontes a partir da Resolução CNJ 225/Coordenação: Fabrício Bittencourt da Cruz - Brasília: CNJ, 2016.*

Boyes-Watson, C. & Pranis, K. (2011). *No coração da espeança: guia de práticas circulares*. [Projeto] Justiça para o século 21: Instituinto Práticas Restaurativas. Porto Alegre : AJURIS.

Brancher, L. (2008). *Iniciação em Justiça Restaurativa: formação de lideranças para a transformação de conflitos*. [Projeto] Justiça para o Século 21: Instituinto Práticas Restaurativas. Porto Alegre: AJURIS.

Brancher, L. ; Todeschini, T. B. & Machado, C. (2008). *Manual de Práticas Restaurativas*. [Projeto] Justiça para o Século 21: Instituinto Práticas Restaurativas. Porto Alegre: AJURIS.

Grossi, P. (2005). *Primeira lição sobre direito*. Tradução Fonseca, R. M. Rio de Janeiro: Forense.

Konzen, A. A. (2007). *Justiça restaurativa e ato infracional: desvelando sentidos no itinerário da alteridade*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

Melo, E. R. (2005). *Justiça Restaurativa e seus desafios histórico-culturais. Um ensaio crítico sobre os fundamentos ético-filosóficos da justiça restaurativa em contraposição à justiça retributiva*. In: Bastos, M.T.; Lopes, C. & Renault, S.R.T.(Orgs). *Justiça Restaurativa: Coletânea de Artigos*. Brasília: MJ e PNUD, p.53-78. Justiça para o Século 21: Instituto Práticas Restaurativas.

Melo, E.R.; Ednir, M. & Yazbek, V.C. (2008). *Justiça Restaurativa e Comunitária em São Caetano do Sul : aprendendo com os conflitos a respeitar direitos e promover cidadania*. Disponível

em: http://www.tjsp.jus.br/Download/CoordenadoriaInfanciaJuventude/JusticaRestaurativa/SaoCaetanoSul/Publicacoes/jr_sao-caetano_090209_bx.pdf

Newell, T. (2007). Face to face with violence and its effects: Restorative justice practice at work. *Probation Journal.*, v.54: 227-238.

Pranis, K. (2010). *Processos circulares: teoria e prática*. São Paulo : Palas Athena.

_____. (2011). *Círculos de justiça restaurativa e de construção da paz: guia do facilitador*. [Projeto] Justiça para o século 21: Instituinto Práticas Restaurativas. Porto Alegre : AJURIS.

SANTOS, M. L. & GOMIDE, P. I. C. (2014). *Justiça Restaurativa na Escola: Aplicação e Avaliação do Programa*. Curitiba: Juruá.

Sica, L. (2007). *Justiça restaurativa e mediação penal: o novo modelo de justiça criminal e de gestão do crime*. Rio de Janeiro : Lúmen Júris.

_____. (2008). *Justiça Restaurativa: críticas e contra críticas*. Revista IOB de Direito Penal e Processo Penal, Porto Alegre, vol.8, nº.47, p.158-189.

Zehr, H. (2008). *Trocando as lente: um novo foco sobre o crime e a justiça*. São Paulo : Palas Athena.

_____. (2012). *Justiça restaurativa*. São Paulo : Palas Athena.

Disciplina: Direito Penal e Processual – 12h

Ementa: Noções acerca da Ciência Jurídica. Institutos da psicologia presentes no Direito Penal e no Direito Processual. Atuação profissional nos processos judiciais e extrajudiciais. Operador do Direito na busca de resultados processuais.

Referências:

GRECO, Rogério. *Código Penal Comentado*. 9ª ed. rev., ampl. e atual. Niterói: Impetus, 2015.

LOPES JR., Aury. *Direito Processual Penal*. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MEDINA, José Garcia. *Novo Código de processo Civil Comentado com Remissões e Notas Comparativas ao CPC/1973*. 4ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 25 ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2008.

NERY Junior, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. *Código Civil Comentado*. 11ª ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

Disciplina: Entrevista investigativa – Protocolo NICHHD – 12h

Ementa: Entrevistas investigativas em vítimas; Técnicas de entrevistas; Protocolo NICHHD. Aplicação, análise e Interpretação de dados do protocolo NICHHD. Recursos para coleta de dados em entrevista investigativa.

Referências:

American Professional Society on the Abuse of Children, APSAC. (2012). Practice guide- line: Forensic interviewing in cases of suspect child abuse. Retrieved from <http://www.apsac.org/practice-guidelines> .

AZNAR-BLEFARI, C. y Padilha, M. G. S. (2015). Capacitação para o uso do Protocolo NICHHD em profissionais sul-brasileiros. *Revista de Psicología*, 24(1), 1-19. <http://dx.doi.org/10.5354/0719-0581.2015.37198>.

FURNISS, T. (1993). *Abuso sexual da criança: uma nova abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal integrados*. Porto Alegre: Artes Médicas.

LAMB, M. E., Hershkowitz, I., Orbach, Y., & Esplin, P. W. (2008). *Tell me what happened: Structured investigative of child victims and witnesses*. Chichester: Wiley-Blackwell.

WILLIAMS, L. C. A., Hackbarth, C., Blefari, C. A., & Padilha, M. G. S. (2012). NICHHD Protocol international evidence-based investigative interviewing of children. Retrieved from <http://nichdprotocol.com/nichdbrazil2.pdf>.

WILLIAMS, L. C. A., Hackbarth, C., Blefari, C. A., Padilha, M. G. S., & Peixoto, C. E. (2014). Investigação de suspeita de abuso sexual infantojuvenil: o Protocolo NICHHD. *Temas em Psicologia*, 22, 415-432. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2014.2-12>

Disciplina: Análise do Comportamento Comunicativo – ACC – 12h

Ementa: A análise do comportamento comunicativo, oitivas e testemunhos de indivíduos em contextos judiciais. Procedimentos de detecção de mentiras baseado em fundamentos e evidência científica. Avaliação de aspectos verbais e não verbais expressos no curso complexo das interações humanas.

Referências:

JOAQUIM, R. M. Detecção de mentiras: A hipótese do efeito exponencial. *Peritia, Revista Portuguesa de Psicologia*. 27:2-10 · 2016

AZZARITI, M. JOAQUIM, R. M. Análise do comportamento comunicativo – ACC: investigando pistas de dissimulação em depoimentos. Em: *A psicologia jurídica e suas*

interfaces, um panorama atual. Capítulo 10. Editora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2016.

VRIJ, A. FISHER, P. R. Which Lie Detection Tools are Ready for Use in the Criminal Justice System? *Journal of Applied Research in Memory and Cognition*. 5 (2016) 302–307

VRIJ, A.; GRANHAG, P. A.; PORTER, S. Pitfalls and opportunities in non verbal lie detection. *Association for Psychological Science*, vol. 05, p. 36-52. 2010.

EKMAN, P.; FRIESEN, W. F. Facial action coding system: a technique for the measurement of facial movement. Palo Alto: Consulting Psychologists Press, 1978.

EKMAN, P. Telling lies: clues to deceit in the marketplace, marriage end politics. Nova York: W. W. Norton. 2002.

Disciplina: Metodologia da Pesquisa – 45h

Ementa: A pesquisa científica: etapas, modalidades, coleta e análise de dados.

Trabalhos Acadêmicos. Entrevista. Questionário. Leitura, interpretação e produção textual. Coesão e coerência textual. Texto dissertativo de caráter científico; Tipologia textual: resumo, resenha, artigo acadêmico, relatório, monografia. Elaboração de referências bibliográficas.

Referências: BOOTH, Wayne C; COLOMB, Gregory G; WILLIAMS, Joseph M. Arte da pesquisa. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2005.

BOTOME, Silvio Paulo; GONÇALVES, Celia Maria Capelleti. Redação passo a passo: um texto programado para auto-aprendizagem de redação. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1994.

COPI, Irving M. Introdução à lógica - 3.ed / 1981 3. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1981.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

TAFNER, Elisabeth Penzlien; SILVA, Everaldo da. Metodologia do trabalho acadêmico. 2. ed., rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2006.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010.

Disciplina: Metodologia do Ensino Superior – 45h

Ementa: Funções sociais da educação superior. Dimensões do processo didático e seus eixos norteadores: ensinar, aprender, pesquisar e avaliar. A organização e o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem: os planos de aula e os programas de aprendizagem. Os objetivos de ensino, os conteúdos programáticos as estratégias de ensino-aprendizagem. As interações em sala de aula: o papel do professor, do aluno

Referências:

Bordenave, J.D.P. Pereira, A.M. Estratégias de ensino-aprendizagem. 21 ed. Rio de Janeiro-Vozes, 2000.

Gil, A. C. Didática do Ensino superior. São Paulo: Atlas, 2008.

PIMENTA, S. G & ANASTASIOU, L. G. C. Docência do ensino superior. 3ed. São Paulo, editora Cortez: 2008.

OLIVEN, A. C. Histórico da educação superior no Brasil. In: Soares, M. S. A. et al, 2002. A educação superior no Brasil. Porto Alegre, 2002.

SHÖN, D. A. “Formar professores como profissionais reflexivos”. In NÓVOA, A. Os professores e a sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

GARCIA, M. M. A.. A didática no ensino superior. Campinas: Papyrus, 1994.

SANTOS, Boaventura de Souza. A universidade no século XXI. S. Paulo: Cortez, 2004.

SANTOMÉ, J. T. Elaboração de unidades didáticas integradas. In Globalização e interdisciplinaridade. O currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

ZABALZA, M. A. O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

4.3 Dados Relativos ao Corpo Docente e ao Coordenador do Curso

Disciplina: Aula Inaugural	
Nome do Professor	Paula Inez Cunha Gomide
Endereço	Curitiba/PR
Titulação	Doutora
Lattes	http://lattes.cnpq.br/8256147846950656
E-mail	paulainezgomide@gmail.com
Experiência Acadêmica	Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (1976), Mestre (1984) e Doutora (1990) em Psicologia (Psicologia Experimental) pela Universidade de São Paulo. Professora aposentada da UFPR (1976-2003). Professor adjunto da Universidade Tuiuti do Paraná. Coordenador do Mestrado em Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná. Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia (2009-2013). Vice-presidente da Associação Ibero-Americana de Psicologia Forense. Área de atuação em Psicologia Forense: estilos parentais, comportamento moral, programas de intervenção com infratores, avaliação forense, alienação parental, justiça restaurativa, parricídio.

Disciplina: Rede de Proteção Social à Infância e Adolescência	
Disciplina: Maus Tratos e Vitimização	
Nome do Professor	Gabriela Isabel Reyes Ormeno
Endereço	Curitiba/PR
Titulação	Doutora
Lattes	http://lattes.cnpq.br/9293121890121178
E-mail	gabyreyes2@gmail.com
Experiência Acadêmica	Possui graduação em Psicologia , mestrado em Educação Especial e Doutorado em Programa de Pós-graduação em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos (2013). Com Doutorado Sanduíche na Universidade Autônoma de Barcelona. Atualmente , Professora Substituta da Universidade Federal do Paraná e docente no curso de Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná. Tem experiência em Intervenções educativas, atuando principalmente nos seguintes temas: prevenção da violência, crianças agressivas no ambiente escolar, mulheres encarceradas e seus filhos quebrando a interoperacionalidade da violência por meio da educação Pesquisador externo do laboratório de Análise e prevenção da Violência (LAPREV/ UFSCAR) membro da INTERNATIONAL SOCIETY FOR THE PREVENTION OF CHILD ABUSE AND NEGLECT, (ISPCAN) e coordenadora do programa Raising Safe Kids program (APA). Educando crianças em ambientes saudáveis.

Disciplina: Atendimento Especializado em Demandas Jurídicas Disciplina: Estudos de Caso em Psicologia Jurídica e Direito	
Nome do Professor	Aline Pozzolo Batista
Endereço	Brusque/SC
Titulação	Mestra
Lattes	http://lattes.cnpq.br/9566746223999892
E-mail	alipozzolo@gmail.com
Experiência Acadêmica	Possui graduação em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (2005) e mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2009), com dissertação na área de Violência Sexual contra Crianças. É especialista em Psicologia Jurídica (CFP) e docente do curso de Psicologia da Unifebe/Brusque-SC. É psicóloga policial da Polícia Civil de Santa Catarina

Disciplina: Psicologia Jurídica em Situações de Abuso Sexual Infantil	
Nome do Professor	Sheila Maria Prado Soma
Endereço	Ribeirão Preto/SP
Titulação	Mestra
Lattes	http://lattes.cnpq.br/5149325760046802
E-mail	Sheila.soma@yahoo.com.br
Experiência Acadêmica	Possui graduação em Psicologia pelo Centro de Estudos Superiores de Londrina (1999). Especialista em Gestão Pessoas pela UNOPAR. Mestrado em Psicologia pela UFSCAR. Doutoranda em Psicologia pela UFSCar. Pesquisadora do LAPREV (Laboratório de Estudos e Prevenção da Violência). Escritora dos livros O Segredo da Tartanina, O Segredo da Tartanina-Manual do Adulto e O Tesouro da Tartanina. Tem experiência na área de Psicologia com ênfase em Intervenção Terapêutica, docência e capacitação de profissionais, atuando principalmente nos seguintes temas: prevenção e intervenção nos casos de abuso sexual infantojuvenil e demais violências.

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Disciplina: Metodologia do Ensino Superior Coordenação	
Nome do Professor	Jeisa Benevenuti
Endereço	Rua Noruega, 0 Nações Balneário Camboriú
Titulação	Doutora
Lattes	http://lattes.cnpq.br/5285896517575391
E-mail	estagiopsicologia@unifebe.edu.br
Experiência Acadêmica	Professora Titular do Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE). Doutorado (2012) e Mestrado (2004) em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina e Graduação em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí (1999) e Universidade do Minho - Portugal (2000). Possui experiência profissional na área de Psicologia do Trabalho e Organizacional, atuando na análise de comportamentos profissionais e formação de competências, comportamentos de dirigentes institucionais, comportamentos constituintes de organizações e sua organização em sistemas de interação, visando aumento da produtividade e inovação. Prestou

	serviços de consultoria com ênfase em Gestão de Pessoas, Gestão de Desempenho e Gestão por Competências. Atuou em empresas desenvolvendo treinamentos relacionados a temáticas como: administração do tempo; comunicação; cultura e comportamento; desenvolvimento de líderes; desenvolvimento da criatividade e inovação; gestão da mudança; competências profissionais; relacionamento interpessoal. Foi Diretora Administrativa do ALAR®-Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Humano Ltda. Pesquisadora do NEPEI- Núcleo de Estudos e Pesquisa em Empreendedorismo e Inovação
--	--

Disciplina: Parentalidade e Conjugalidade	
Disciplina: Perícia Psicológica no Contexto Jurídico	
Disciplina: Avaliação Psicológica e Perícia no Contexto Jurídico	
Nome do Professor	Saidy Karolin Maciel
Endereço	Florianópolis/SC
Titulação	Doutora
Lattes	http://lattes.cnpq.br/5772275890742308
E-mail	saidym@yahoo.com.br
Experiência Acadêmica	Possui graduação em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí (1996) e mestrado e doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002, 2010). Atualmente é professor titular da Universidade do Sul de Santa Catarina. Experiência acadêmica e profissional Psicologia Clínica, atuando principalmente nos seguintes campos: psicoterapia familiar, conflito conjugal, perícia psicológica, psicologia jurídica, avaliação de dano psicológico.

Disciplina: Alienação Parental e Guarda Compartilhada	
Nome do Professor	Ruth Berenice Lass
Endereço	Curitiba/PR
Titulação	Mestra
Lattes	http://lattes.cnpq.br/0844336857514381
E-mail	Ruth.lass@terra.com.br
Experiência Acadêmica	Graduada em Psicologia em 1976 na PUC-PR, Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Mestre em Psicologia Forense. Especialista em Psicologia Clínica e Formação em Terapia Familiar Sistêmica. Foi professora da Universidade Federal do Paraná de 1980 a 1994 e tem atuado como Professora e Supervisora em vários Cursos de Pós-graduação em Psicologia no Paraná. Atua em prática privada como Terapeuta Familiar, de Casal e Individual desde 1979. Atuar na área clínica com indivíduos, casais e famílias, sob um olhar ampliado é seu constante desafio. A visão sistêmica enriqueceu seu trabalho e as constantes inquietudes na busca de novas abordagens levaram-na à terapia narrativa, uma postura humanista e instigante de exercer o trabalho clínico. A docência está presente desde cedo em sua vida e a intercambialidade, professor-aluno, tem sido, a seu ver, muito gratificante. O tema de dissertação de Mestrado é Alienação Parental e os Transtornos de Personalidade.

Disciplina: Processo de Mediação e pacificação Social Coordenação	
Nome do Professor	Ademir Bernardino da Silva
Endereço	Rua Padre Gatone, 66 Centro – Brusque/SC
Titulação	Mestre
Lattes	http://lattes.cnpq.br/4864366270208637
E-mail	psicologia@unifebe.edu.br
Experiência Acadêmica	Possui graduação em Psicologia pela Universidade Tuiuti do Paraná (1991); pós-graduação em Recursos Humanos pela UNIVALI; Formação em Terapia de Casal, Terapia Sistêmica Familiar e Terapia Comunitária pelo INTERCEF – Curitiba; Mestrado em Psicologia Forense pela UTP. Atualmente é psicólogo clínico; coordenador do curso de Psicologia e professor do Centro Universitário de Brusque

Disciplina: Anna Lúcia Martins Mattoso Camargo	
Nome do Professor	Direito de Família
Endereço	Rua Oscar Maluche, 39 Jd Maluche Brusque
Titulação	Mestre
Lattes	http://lattes.cnpq.br/5031210132492481
E-mail	anna.mattoso@unifebe.edu.br
Experiência Acadêmica	Mestre em Relações jurídicas Internacionais, direito internacional privado e público, pela Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL (2005); graduada em Direito pela Universidade Regional de Blumenau - FURB (1997) .Fez diversos cursos de extensão. Atuou como professora titular do curso de Direito na Universidade do Vale do Itajaí-UNIVALI (de 2000 a 2006); Atua como professora titular da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, na área de Direito Civil , como professora da Prática jurídica nível III e nível IV(início em 2001); Atua como professora titular no Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE, na disciplina de Direito Internacional e Direito Tributário I (início 2004) atua na linha de pesquisa de direito internacional, direito comunitário e da integração, direito civil , direito processual civil, . Atua como Coordenadora de TCC - Trabalhos de Conclusão do Curso de graduação de Direito na UNIFEBE - Centro Universitário de Brusque (Agosto 2009) ; Cadastrada como professora de Direito Internacional junto ao Instituto Catarinense de Pós -graduação, ICPG, em Blumenau (início em 2005). É orientadora de pesquisa científica na área de Direito do artigo 171 na área de mediação e conciliação familiar, é coordenadora do Convênio CEJUSC TJSC - UNIFEBE - para realização de Mediações Familiares. Participa como orientadora e avaliadora em bancas de Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Direito e especialização <i>lato sensu</i> em Direito. Tem experiência profissional em consultoria jurídica na área de Direito, com ênfase em Direito Civil e Processual Civil, atuando principalmente nos seguintes temas: adoção nacional e internacional, família, sucessões, responsabilidade civil (indenizações) e defesa do consumidor. Participa como membro do comitê de pesquisa representando o curso de Direito junto do Centro Universitário de Brusque, avaliando projetos submetidos à bolsa de iniciação à pesquisa do art. 170 da Constituição Estadual. Cadastrada no grupo de pesquisa de

	direitos difusos e coletivos junto ao CNPQ. (início 2011).Participa como avaliadora no Grupo de Ética na Pesquisa do Centro Universitário de Brusque- UNIFEBE como avaliadora junto a Plataforma Brasil desde 2014.
--	---

Disciplina: Transtornos Psicopatológicos e suas Implicações no Contexto Jurídico	
Nome do Professor	Giovana Veloso Munhoz da Rocha
Endereço	Curitiba
Titulação	Doutora
Lattes	http://lattes.cnpq.br/7013223671869773
E-mail	Gimunhozdarocha@gmail.com
Experiência Acadêmica	Graduada em Psicologia pela Universidade Tuiuti do Paraná (1997) e mestre em Psicologia da Infância e da Adolescência pela Universidade Federal do Paraná (2002). Concluiu seu doutorado na Universidade de São Paulo em outubro de 2008. Sua tese versa sobre aspectos da psicoterapia com transgressores de alto-risco. Foi diretora de um Centro de Socioeducação do Governo do Paraná diferenciado e especializado para adolescentes infratores de alta periculosidade. Atuou como professora substituta concursada no curso de Psicologia da UFPR por dois anos. Atualmente é professor adjunto da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), onde é orientadora no Mestrado de Psicologia, Área de concentração Psicologia Forense. É coordenadora do NuFor-UTP, Núcleo de Psicologia Forense da UTP. Tem experiência na área de Psicologia Clínica, atuando em clínica particular como analista de comportamento há mais de dezoito anos; atua da mesma forma em Psicologia Clínica Forense. Seus interesses acadêmicos e científicos residem principalmente nos seguintes temas: comportamento antissocial, práticas parentais educativas, análise do comportamento, clínica forense, transtorno de personalidade antissocial, transtornos de conduta, avaliação forense e psicopatia. É membro do grupo de trabalho (GT) da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP) chamado "Tecnologia Social e Inovação: Intervenções Psicológicas e Práticas Forenses contra Violência". Membro da International Association for Correctional and Forensic Psychology (IACFP-USA). É Conselheira eleita da Gestão 2014-2015 e 2016-2017 da Sociedade Brasileira de Psicologia e Membro Consultor da "Comissão de Apoio às Vítimas de Crime" da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná.

Disciplina: O Sistema Correccional e Leis de Execução Penal	
Disciplina: Estudos de caso em Psicologia Jurídica e Direito	
Disciplina: Criminologia e suas Interfaces com Direito Penal e a Psicologia Forense	
Nome do Professor	Neumar Antônio Trajano de Sousa
Endereço	Blumenau/SC
Titulação	Mestre
Lattes	http://lattes.cnpq.br/2503089369150935
E-mail	neumarsousa@yahoo.com.br

Experiência Acadêmica	<p>Possui graduação em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí, e mestrado em Ciência Jurídica pela mesma IES. Atuou como Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica do Instituto Blumenauense de Ensino Superior, e também dos Núcleos de Semiótica, de Atividades Complementares e de Pesquisa e Publicações, na mesma IES, onde leciona na área penal. Advogado militante na área penal junto na Lobe e Gamba Advogados Associados. Já atuou como docente do Núcleo de Prática Jurídica na Universidade do Vale do Itajaí, no Centro Universitário de Brusque, e como docente no Centro de Educação Superior de Blumenau, no Centro Universitário Leonardo Da Vinci, na FAE e na FURB. Ministra e organiza cursos de aperfeiçoamento e capacitação para docentes na área pedagógica. Tem experiência na área de Direito, em pesquisa e extensão interdisciplinares, com ênfase em Política Jurídica e Direito Penal, atuando principalmente nos seguintes temas: Justiça; Criminologia e Direito Penal.</p>
-----------------------	---

Disciplina: Práticas de Resolução de Conflitos e Justiça Restaurativa	
Nome do Professor	Mayta Lobo dos Santos
Endereço	Curitiba/SC
Titulação	Mestra
Lattes	http://lattes.cnpq.br/8566735773805527
E-mail	maytalobo@gmail.com
Experiência Acadêmica	<p>Mestre em Psicologia Forense (2014), pela Universidade Tuiuti do Paraná. Pós-graduada em Direito Processual Civil Contemporâneo (2008), pela PUCPR, e pós-graduação lato sensu (2006), pela FEMPAR. Graduada em Direito (2004), pela Faculdade de Direito de Curitiba. Professora de Direito Civil, Estudos de Casos Jurídicos e Mediação, além de Coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica do Centro Universitário Autônomo do Brasil - UniBrasil. Professora de Direito Civil e Direito da Criança e do Adolescente dos cursos preparatórios para concursos e Exame de Ordem e da Pós-graduação do Curso Luiz Carlos. Professora convidada da Academia Brasileira de Direito Constitucional para o curso de Pós-graduação em Direito das Famílias e Sucessões. Assistente Jurídica no Tribunal de Justiça do Paraná. Mediadora voluntária no CEJUSC de 2º Grau do TJ/PR. Palestrante na área da Infância e Juventude, na esfera protetiva e infracional, e meios alternativos de solução de conflitos, especialmente sobre o método da Justiça Restaurativa e Mediação. Membro da Comissão de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Paraná. Autora do livro Justiça Restaurativa na Escola - Aplicação e Avaliação do Programa, editora Juruá (2014).</p>

Disciplina: Direito Penal e Processual	
Nome do Professor	Rogério Ristow
Endereço	Brusque/SC
Titulação	Mestre
Lattes	http://lattes.cnpq.br/3038998982788860
E-mail	rogerioristow.adv@gmail.com
Experiência Acadêmica	Bacharel em Direito pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (1998), Pós-graduado em nível de especialização em Ciências Criminais pela Fundação Universidade Regional de Blumenau, Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí e Doutorando em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad del Museo Social Argentino (Buenos Aires - Argentina). Atualmente é professor de Direito Penal e Processual Penal na Universidade do Vale do Itajaí e no Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE). Advogado Criminal Militante

Disciplina: Entrevista Investigativa – Protocolo NICHD	
Nome do Professor	Carlos Aznar-Blefari
Endereço	Curitiba/SC
Titulação	Mestre
Lattes	http://lattes.cnpq.br/7918757341796015
E-mail	psicoaznar@gmail.com
Experiência Acadêmica	Psicólogo formado pela Universidade Tuiuti do Paraná (2008), especialista em Psicologia Clínica e mestre em Psicologia Forense com ênfase em avaliação e clínica forense na mesma universidade. Doutorando em Psicologia pela PUC-RS (Bolsista CAPES). Sua dissertação de mestrado teve como objetivo avaliar o efeito de um treinamento de profissionais para o uso do protocolo NICHD (National Institute of Health and Human Development) em entrevistas investigativas de casos de abuso físico e sexual infantil. Professor das disciplinas de Psicologia Jurídica, Psicometria e Avaliação da Inteligência na FAE Centro Universitário. Membro do GT Tecnologia Social: Intervenções Psicológicas e Práticas Forenses contra Violência da ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia). Tem experiência em atendimento clínico na abordagem comportamental-cognitiva. Atuou no treinamento de policiais civis, militares, federais, guarda municipal e exército para o enfrentamento da exploração sexual infantil no período da copa do mundo de 2014 no Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa Violência, Vulnerabilidade e Intervenções Clínicas (GPeVVIC - PUC-RS). Coordenador do programa ACT Raising Safe Kids (APA-USA). Membro da International Society for the Prevention of Child Abuse and Neglect (ISPCAN-USA), International Association for Correctional and Forensic Psychology (IACFP-USA) e International Investigative Interviewing Research Group (IIRG-UK).

Disciplina: Análise do Comportamento Comunicativo - ACC	
Nome do Professor	Rui Mateus Joaquim
Endereço	São Paulo/SP
Titulação	Mestre
Lattes	http://lattes.cnpq.br/6726354202268977
E-mail	ruimateus@usp.br
Experiência Acadêmica	Doutorando pelo programa de Pós- Graduação em Ciências da Reabilitação do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Especialista em Psicologia da Saúde Práticas Clínicas e Hospitalares pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Graduado em Psicologia (Bacharelado e Formação de Psicólogo) pela Faculdade da Fundação Educacional de Araçatuba (FEA). Possui experiência como professor universitário e psicólogo clínico atuando nas abordagens Terapia Cognitivo-Comportamental e Neuropsicologia. É pesquisador nas áreas de Comunicação Não Verbal do Comportamento e Neurociência Cognitiva.

4.4 Dados Estatísticos do Corpo Docente

a) Informações gerais

Nº total de docentes que ministrarão o curso: 16

Nº docentes pertencentes ao quadro permanente da UNIFEBE: 5

Nº de docentes externos à UNIFEBE: 11

b) Titulação

Nº de Especialistas: 0

Nº de Mestres: 10

Nº de Doutores: 6

4.5 Metodologia do Ensino

Os participantes do curso terão acesso para utilização dos recursos disponíveis na biblioteca da UNIFEBE. Os equipamentos de apoio pedagógico, tais como projetor multimídia, DVD e TV estarão disponíveis na UNIFEBE para o corpo docente ou serão locados. Como metodologia de ensino, as aulas poderão ser expositivas, com

debates, seminários, trabalhos em grupo, ficando a avaliação do desempenho dos alunos sob a responsabilidade do professor.

As disciplinas do curso serão oferecidas nos meses de março de 2017 a dezembro de 2018, perfazendo uma carga horária de 370 horas em disciplinas obrigatórias. As aulas serão ministradas às sextas-feiras e sábados, quinzenalmente no Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE. Cabe ressaltar a possibilidade de alteração do local e horário de funcionamento, com conhecimento e aprovação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão – Proppex e total aceitação da turma.

O curso apresenta alguns diferenciais, o primeiro deles é a oferta das disciplinas agrupadas em módulos. Ao término de cada módulo o acadêmico receberá um certificado de aperfeiçoamento e ao final do curso, o diploma de pós-graduado. Em consonância com o Regulamento da Pós-graduação aprovado pela resolução CA nº 43/11, de 30/11/11, as aulas poderão ser oferecidas na modalidade presencial conforme cronograma ou semipresencial respeitada a carga horária estabelecida de 20% da carga horária total da disciplina. E nenhuma disciplina do curso de graduação pode ser usada para crédito de especialização.

4.5.1 Critérios para aprovação nas disciplinas

O aproveitamento do rendimento do aluno será avaliado por meio de verificações, em cada disciplina, sendo a nota final expressa em conceitos, com as seguintes equivalências:

CONCEITO	SIGNIFICAÇÃO	REF. NUMÉRICO
A	Excelente	9,0 a 10,0
B	Bom	7,0 a 8,9
C	Regular (Deverá ser compensado por conceito (A) em outra disciplina, para efeitos de média geral de aprovação)	5,0 a 6,9
D	Insuficiente	0,0 a 4,9

A obtenção de no mínimo, média global “B”, acrescido de frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas ministradas, em cada disciplina, confere o direito à aprovação ao número de créditos cursados.

Para cada conceito “C” obtido na realização de uma disciplina, o discente deverá compensar com um conceito “A” em outra disciplina para manutenção da média global igual ou superior a “B”.

Ao aluno que concluir o TCC (Artigo Científico) e todas as disciplinas com frequência e conceito exigidos, será emitido o Certificado de Especialista nome do curso.

Receberá Certificado de Aperfeiçoamento o aluno que, embora não concluindo o curso nas modalidades dispostas acima, tenha completado, com frequência e aproveitamento, no mínimo 180 horas de conteúdo específico.

Receberá Certificado de Atualização o aluno que, embora não concluindo o curso nas modalidades dispostas acima, tenha completado, com frequência e aproveitamento, no mínimo 179 horas de conteúdo específico.

A entrega do conceito final para cada disciplina não deverá exceder o prazo de 30 (trinta) dias, contados do dia da entrega do trabalho final ao professor responsável.

4.5.2 Avaliação Final: TCC (Artigo Científico)

A elaboração do artigo científico é de responsabilidade do aluno e poderá se iniciar a partir do oferecimento da disciplina de Metodologia da Pesquisa, sendo que a entrega final deverá ser efetuada em até 06 (seis) meses após o término da última disciplina. Somente em situações excepcionais o prazo da entrega do artigo científico poderá ser prorrogado por até 02 (dois) meses, a juízo do professor de Metodologia da Pesquisa e da Coordenação do respectivo curso.

A elaboração do TCC deve estar em consonância com o regulamento da Pós-Graduação da UNIFEBE, Resolução CA nº 43/11, de 30 de novembro de 2011, no qual constam as orientações e as normas para elaboração do artigo científico estão contidas no Regulamento da Revista da UNIFEBE. Os orientadores deverão fazer parte do corpo docente do curso e o valor para a orientação já estará incluso no valor da mensalidade.

4.5.3 Recursos físicos e materiais a serem utilizados:

- Local e Horário de Funcionamento: As aulas serão ministradas às sextas-feiras e sábados, quinzenalmente, no Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE. Cabe ressaltar a possibilidade de alteração do local e do horário de funcionamento. Porém, será definido com a turma.
- Instituições (salas de aula, laboratórios, etc.): Sala de aula equipada com projetor multimídia.
- Biblioteca (acervo bibliográfico): A instituição disponibilizará aos acadêmicos o acervo existente na Biblioteca da UNIFEBE em Brusque-SC. Obras indicadas pelos professores e que não constam na biblioteca deverão/poderão ser adquiridas pelos alunos.
- Recursos de Informática: Mediante agendamento prévio no Laboratório de Informática da UNIFEBE.

4.5.4 Processo Seletivo

Inscrição para seleção: a seleção será feita pela média geral do histórico escolar da graduação.

Período: 16/12/2016 a 28/02/2017

Período de seleção: 01/03/2017 a 03/03/2017

Período de matrículas: 06/03/2017 a 08/03/2017

Local: Site da UNIFEBE e Proppex das 8h às 12h e das 13h às 22h.

Início do Curso: março de 2017

Pré-requisitos para ingresso no curso:

Formulário de Inscrição.

Cópia do diploma do curso superior (frente e verso).

Cópia do histórico escolar do curso de graduação (frente e verso).

1 foto 3x4.

Cópia Carteira de Identidade.

Pagamento da taxa de inscrição.

5 Recomendações